

A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA EM PERNAMBUCO: ALGUMAS DIVAGAÇÕES METODOLÓGICAS

ANTONIO PAULO RESENDE
Universidade Federal de Pernambuco

I

Muita gente se pergunta por que, de repente, houve um despertar para a análise da participação política da classe operária nas lutas sociais, no Brasil, sobretudo na heterogênea e controvertida produção acadêmica. As livrarias estão cheias de dissertações e teses, publicadas pe-las editoras ávidas por um novo sucesso de vendas. E ape-sar de todo o refluxo, provocado pela crise econômica, não se pode esquecer que, mesmo assim, as publicações têm sido significativas neste sentido, não só especificamente relacionadas com a classe operária, mas também com os movimentos sociais de uma maneira geral.

Aqui, poderíamos levantar inúmeras questões, embora nosso objetivo, neste texto, não seja de responde-las, porém nossa intenção é reavivar o debate e quem sabe, com isso, produzir mais dúvidas do que certezas.

Por que essa reviravolta na produção acadêmica? De que maneira podemos relacioná-la com o momento político que estamos vivendo ou quando ela começou a surgir o que representava, numa época, em que as vozes dissonantes estavam silenciadas pela repressão? Ela se limitaria, de início, tão somente, a desmascarar, sobretudo, uma Historiografia desti-nada a mistificar a classe dominante? De que maneira esta produção, apesar de sua natureza contestatória, não reproduziria, em certos aspectos, a manutenção de uma concepção positivista, factual e personalista tão presente na nossa Historiografia? Quais os seus limites como contra-discurso desmistificador que não quer apenas preencher as lacunas do discurso oficial, mas analisar de que maneira se dão as contradições sociais, ser um discurso instituinte?¹

A produção da História, como Ciência, é um fortíssimo elemento ideológico, utilizado para manter a dominação burguesa, escamotear os conflitos sociais, justificar a sua face autoritária, procurando legitimar um sistema violento/repressivo, onde são escassos os momentos de prática democrática devidamente absorvidas pelos grupos que estão no poder. Então, quando se tenta deslindar toda esta tragicomédia burguesa, não se pode olvidar a reconstrução e análise de nossa História, não deixando de lado os seus sujeitos históricos principais, aqueles que, apesar de aparecerem, palidamente, nos compêndios históricos, produzem com seu trabalho a riqueza social.

Se a História é, sobretudo, praxis, ação humana visando a transformação ou manutenção das relações sociais existentes, todos fazem História, independente de que seja explorado ou explorador, e não apenas os santificados e glorificados pela classe dominante.

Não vamos, no entanto, cair no outro extremo e negarmos a importância de se estudar a formação e prática política da burguesia brasileira, nem apenas mudarmos os nomes dos nossos heróis, achando que com isso estamos dando uma contribuição fundamental, colocando o povo na História, mas muito pouco esclarecendo sobre o processo da luta de classes, como os interesses antagônicos das classes se formam e se conflitam e como essas mesmas classes dão respostas a estas contradições.

O problema da totalidade deve ser sempre recolocado. Talvez, mais do que privilegiar os sujeitos ou se utilizar de modelos amplos e genéricos, é preciso recuperar a própria trama histórica como bem ressalta FOUCAULT. Diz ele:

*"É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito; i.e., chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica"*².

Se a academia elegeu a classe operária como "objeto de estudo", e é assim que ela aparece em alguns dos trabalhos ou famosos projetos de dissertação ou tese que,

por preciosismo formalista, tanto angustiam seus autores, perdidos em citações, em modelos, onde o importante é manter a ortodoxia, não devemos nos encantar com o questionadíssimo mito da neutralidade científica, traçando limites frágeis e confusos entre Ciências e Ideologia que justificariam o rigor e o descomprometimento do trabalho. Muitas vezes, são tão visíveis os comprometimentos, inclusive, partidários, que fica difícil se esconder sob o manto da isenção e da pureza científica.

POULANTZAS afirmou que fazer um trabalho sobre classe operária era se colocar ao lado desta classe na luta contra a dominação burguesa. Buscar o descomprometimento aparente não é critério de validade do trabalho. (De DECCA discute essa problemática de maneira aprofundada no *Silêncio dos Vencidos*)³. Esse tipo de trabalho não está, portanto, longe da mistificação ideológica. Há aqueles que desprezam certos aspectos da História da classe operária, por julgá-los atrasados ou pré-políticos. Existem também entre os vencidos, os vencedores que, no caso, tendem a se colocar como os únicos e autênticos representantes da classe operária.

Qual a razão de afirmarmos tudo isso? Será que estamos tentando criar, aqui, um modelo mais correto de análise nos colocando como críticos oniscientes da produção historiográfica? Felizmente, não é essa a nossa pretensão. O que queremos é refletir sobre certas dificuldades que nós encontramos na construção do nosso trabalho.

Retomemos a discussão.

Há um certo pudor em se analisar e compreender as contradições e os "insucessos" da prática política da classe operária. E ficamos, às vezes, restritos a utilização de certos termos como avanço e recuo, consciência ou inconsciência política, como se isso bastasse para esclarecer as questões. Não é pela simples qualificação a priori dessa prática, feita mais em função dos resultados do que do seu próprio processo de construção, que consideramos o mais significativo, o ponto de partida de qualquer análise próxima do real. A "missão" revolucionária que tem o operariado, possível agente de transformação da sociedade capi-

talista, pode fazer com que cobremos quase que uma predeterminação histórica à Revolução nos mais variados momentos da sua luta. Construímos uma nova metafísica infalível em seus princípios teóricos, quando buscamos essa uniformidade, como se isso bastasse para modificar uma enraizada dominação burguesa que atravessa todas relações de poder e que não pode ser destruída pela força da teoria e do discurso, apenas. Nenhuma prática é revolucionária em todos os momentos, exigir isso da classe operária, e só privilegiar a análise da sua prática, quando a julgamos coerente com seu "destino heróico", nos faz perder de vista a dimensão maior, ao nosso ver, de qualquer análise histórica: tentar reconstruir as suas contradições e ter a partir daí, mais elementos para compreender e superar essas contradições.

Uma classe social não é algo indivisível, um todo homogêneo, cristalizado, com consciência plena do seu projeto político. Ela está sempre com a sua práxis se construindo ou se reconstruindo e o concreto da luta política é complexo. A própria divisão social do trabalho cria suas hierarquias de poder dentro mesmo da classe explorada e a burguesia articula a sua dominação, desde do interior da fábrica (como bem colocava GRAMSCI), produzindo, através dos seus intelectuais, uma ideologia que tem os encantos e mistificações que, indiscutivelmente, atingem e seduzem os dominados. Não podemos esquecer toda a formulação gramsciana sobre o que é Estado, importante para que se reflita sobre a complexidade da luta política pela hegemonia da sociedade (o Estado não se resume a um simples comitê executivo da burguesia), ou mesmo as questões mais recentes colocadas por FOUCAULT sobre o poder.

Quando cobramos da classe operária um comportamento, essencialmente, revolucionário, empobrecemos nossa análise. MARX, nas famosas Teses sobre Feurbach dizia com muita propriedade que *"A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que desviam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática"*⁴. A criação de modelos inflexíveis nos faz menosprezar a diversidade do real, correndo o perigo de ou nos tornarmos juizes da História, ou criarmos justificativas para aquilo que consideramos grandes equívocos dos sujeitos históricos e procurarmos compreendê

-los construindo contrapontos perigosos. Aos equívocos e à consciência atrasada das Massas, contrapomos, por exemplo, a clareza e consciência iluminado das vanguardas.

E esta questão partido/vanguarda/massas não pode ser deixada de lado. A propósito disso colocamos: se a classe ainda não está organizada em um certo tipo de partido, estará ela na sua fase pré-política? Ou ainda, como se dá a relação entre espontaneísmo e organização da classe operária? A sua luta política para que avance tem, necessariamente, uma trajetória planejada e centralizada em um partido?⁵

Ora, como coloca o próprio LÊNIN, no *Que Fazer*, a classe operária é incapaz de sozinha, devido às determinações estruturais da sociedade capitalista, levar adiante a revolução social e sem o auxílio (orientação/direção) de uma consciência que vem de fora, conseguir a sua emancipação política. Para que ela se dê conta da importância do seu papel na História é imprescindível a organização do Partido Revolucionário, dirigido por uma vanguarda, com a missão de conscientizá-la e transformá-la no grande sujeito da História. Por mais que se possa criticar essas conclusões de LÊNIN e suas consequências, não se pode esquecer que ele as teve, em um determinado contexto político, preocupado com as suas especificidades. Mas daí deduzir que todo partido deve seguir o modelo leninista, já foge a responsabilidade do autor em questão, e ficando com aqueles que, envolvidos por uma ortodoxia anacrônica, se esquecem da historicidade dos conceitos. Achar significativa a prática da classe operária, somente a partir do momento em que ela se estrutura em um partido e enfatizar esse único aspecto da sua história, é, ao nosso ver, bastante limitativo. No caso do Brasil, despir-se desse preconceito é importante para compreender todo um passado de luta política, em conjunturas bastantes adversas, como nas primeiras décadas republicanas.

Existem além dessas questões mais gerais, outras que julgamos também significativas. Já que queremos contribuir para desvendar a chamada fase oculta ou ocultada da história, é preciso criticar toda essa periodização tradicional que, viciadamente, repetimos, sem nos dar conta do

seu forte conteúdo ideológico. Os marcos históricos ou grandes acontecimentos continuam a ser aqueles que engrandecem a classe dominante. E duas questões, então, podem ser colocadas: (1) qual seria a importância desses marcos para os dominados? (2) por que os assimilamos e os tomamos como ponto de partida para os nossos trabalhos que se propõem a ser o contraponto crítico ao discurso dominante?

Há, por exemplo, quase um consenso na produção historiográfica com relação ao significado do movimento de 1930. Ele representa o grande salto qualitativo, a grande ruptura com o nosso passado medieval. Foi depois de 30 que começamos a assumir a modernidade e que a nossa burguesia, solenemente, construiu a sua hegemonia política. Ora, num passe de mágica se dá uma série de transformações consagradas que amadurecem nosso capitalismo "tardio", frágil e dependente, e a nação avança rumo à industrialização. Para alguns, em 1930, a burguesia faz a sua Revolução e ganha status histórico. Era, quem diria, uma burguesia revolucionária, apesar de toda sua formação controvertida.

Deixando, porém, de lado os nossos exageros e os dos outros, nos perguntamos como se pode mistificar tanto um momento histórico, pelas suas aparências, sem aprofundar-se e tentar conhecer as suas contradições. Desvinculando-o do passado não estaríamos desprezando a idéia de que a História é um processo, não existindo essas rupturas tão repentinas e radicais? Revolução não seria uma mudança na estrutura de poder de uma sociedade e não só na simples forma de governá-la, pois senão correremos o risco de dar status revolucionário a todos esses golpes que buscam legitimar-se a qualquer custo? Será que a menosprezada República "Velha" estava tão distante assim do que aconteceu em 30 e nos anos seguintes? Paniu-se uma República que já nasceu velha, anacrônica, deslocada historicamente?

Se nos detivermos sobre a documentação com mais cuidado e menos precipitação e preconceitos, chegaremos a conclusões bem diferentes. A mal-amada República "Velha" tem seus encantos, pois analisando-a como um todo, poderemos compreender melhor o processo de formação das classes sociais no Brasil, constatando, inclusive, que esse período não se resume a um desfile de oligarquias onipotentes,

mas que, aí existiam movimentos sociais e idéias políticas que em nada, reafirmavam a ordem dominante. Aliás, insistir nessa questão de Estado oligárquico sem se definir a sua prática ou esclarecer a validade desse conceito em nada contribui. Talvez, seja um dado pouco conhecido, mas essa expressão República "Velha" foi lapidada pelos intelectuais orgânicos do Estado pós/30 com propósitos claramente mistificadores. A todo um passado agrário, em que a questão social era uma questão de polícia, eles contrapunham um Estado Novo, centralizado e moderno, defensor da industrialização e protetor da classe trabalhadora, Estado transformado, portanto, no grande demiurgo da sociedade.

Todos esses termos e conceitos precisam ser colocados em questão. Os exemplos são tantos que, apenas, citaremos alguns que acreditamos ter uma certa relevância: a redemocratização de 45/46 (que democracia havia antes para se falar em redemocratização); a revolução de 64; o Estado Novo (novo por introduzir sem rodeios um modelo de ditadura fascista no Brasil, um exemplo que ficou); Abertura Política (até onde foi dada ou foi conquistada); Burguesia nacional revolucionária (em que lugar ela esteve, está ou estará) etc.

II

Retomemos, agora, mais diretamente, o nosso trabalho sobre a formação e prática da classe operária em Pernambuco (1900/1922) e as dificuldades maiores que encontramos do ponto de vista metodológico, sem deixar de fazer uma síntese do seu conteúdo e dos seus objetivos.

Iniciamos pelo conceito de classe operária. Esse foi um dos pontos de interrogação básico, com seus vários desdobramentos, inclusive no palco e cenário principal das minhas aventuras e desaventuras acadêmicas, a UNICAMP, asoberbado com questões hamletianas que, muitas vezes, em nossas cabeças mais servem para complicar do que para facilitar a compreensão das várias nuances do real. E me vi logo envolvido, eu originário da chamada "periferia" do capitalismo brasileiro, por uma questão crucial: "Como você vai fazer um trabalho sobre classe operária em Pernambuco neste período? Será que você não vai trabalhar sobre um "ob-

jeto" que não existe? Qual a utilidade de se conhecer algo fora do grande centro da acumulação que era o sudeste cafeeiro na época?" E eu me perguntava vacilante se não era perigoso procurar se conhecer o processo de formação do capitalismo no Brasil, apenas resgatando o seu lado mais dinâmico e vitorioso, como se não houvesse a vinculação contraditória entre as duas faces desse processo, a acumulação e a miséria?

Realmente, se você tiver uma crise de "rigor científico", esquecendo que a Ciência também cria seus preconceitos, que o Nordeste no âmbito da produção científica brasileira fica numa posição secundária, você desiste, curva-se diante da sapiência acadêmica e perde, melancolicamente, a dimensão que deve ter um trabalho intelectual além das camisas-de-força teóricas e das ortodoxias que tentam nos impor. Quem é ou não é classe operária, eis a questão? Para alguns, dela só fazem parte os trabalhadores que produzem mais-valia, vinculados à produção industrial. Mas seriam esses setores da produção os únicos mentores da transformação social? São os intelectuais que, na sua produção de saber, determinam qual a rígida composição de uma classe social e lhe dão o destino da Revolução? Por que não ampliar esse critério e analisar outros possíveis elementos de identidade, como condições de vida, reivindicações em certas conjunturas, concepção de mundo, reavaliando na teoria e na prática esses conceitos ainda marcados pelo viés economicista?

Às vezes, em busca de um conceito puro, nós nos confundimos diante do movimento contraditório da História, ficamos, aristotelicamente, preocupados com o ser ou não-ser, com um tipo de análise maniqueísta. A partir desses questionamentos, feitos com fundamento na pesquisa documental, pensamos que o nosso trabalho ganharia maior dimensão, se analisássemos a prática política dos trabalhadores assalariados urbanos (setor de serviços, gráficos, têxteis, etc.), sem querer discriminar, a priori, quem seria o componente revolucionário da classe operária. Sem aquele preconceito de que existem determinados setores tradicionalmente reformistas, em decorrência do lugar que ocupam na produção. Deixamos que a própria prática fosse o elemento definidor e, com isso, recuperamos aspectos significativos

da História da luta política, numa época que o espaço para contestação e negação da ordem dominante era mínimo.

Centramos, então, nossa pesquisa, baseada sobretudo nas Imprensas operária e burguesa (no Rio, São Paulo, Recife), na prática política desde a realização das greves, da organização das associações e sindicatos, da formulação das estratégias, das divergências ideológicas, da luta cotidiana em busca de respostas a dominação sufocante e as péssimas condições de vida e trabalho, mas também procurando entender de que maneira se deu o processo de cooptação de setores da classe trabalhadora. Fazer o contraponto entre a resistência e a cooptação é o objetivo básico do nosso trabalho. Por que cooptação/resistência?

Nossa intenção é recuperar, de maneira a perceber suas contradições, essa prática política, inclusive não deixando de lado os momentos em que a classe dominante, buscando legitimar suas propostas e reforçar sua base de apoio, se articulava com setores dominados. A questão da frente política, tão atual, não é um fenômeno tão contemporâneo quanto se pensa, pois essas articulações frentistas já se faziam presentes nas décadas iniciais do nosso século, em Recife, e, nem sempre, com finalidades eleitorais.

Analisamos as diversas tendências que se colocavam como representantes da classe operária, questionando suas propostas e a sua representatividade. A nossa periodização foi estabelecida tomando 1900 (ano da fundação do Centro Protetor dos Operários, dirigido pelos socialistas) como ponto de partida e 1922 (ano de desarticulação do movimento, do declínio de uma política aliancista, da fundação do PCB), com ponto final.

Verificamos, inicialmente, a presença dos socialistas (cooptados mais tarde pelo governo de Dantas Barreto) que se colocavam como marxistas, até princípios de um confuso positivismo evolucionista. Havia também um sindicalismo cristão, propagador das excelências da *Rerum Novarum*, patrocinado pelos patrões, que defendia a harmonia entre capital/trabalho, disfarçando as contradições, com propostas assistencialistas e, profundamente, distantes de qualquer perspectiva de autonomia de organização dos trabalhadores

e bastante próximas da ideologia produzida pelos intelectuais orgânicos do período varguista. Temos, portanto, em 1900/13 essas duas tendências como as mais expressivas.

Em 1914, resultante do Congresso Operário realizado no Rio, no ano anterior, surge a Federação de Resistência da Classe Trabalhadora de Pernambuco, com proposta fundamentada em princípios do anarco-sindicalismo. A partir daí se estabelece em contraponto a prática reformista dos socialistas (vide a greve de 1917). O movimento ganha mais força, pois passa a questionar explicitamente a exploração capitalista. A conjuntura de 17/19 foi marcada por inúmeras greves e grande tensão social, não só em Pernambuco, mas em quase todo Brasil, tivemos um período riquíssimo, só nos últimos anos merecedor de atenção por parte da historiografia.

Depois da greve de 1919, a maior de todas e iniciada pelos operários da Pernambuco Tramways, paralisando por mais de uma semana todo o Recife, houve um certo reflexo no movimento, dividido por divergências quanto a sua melhor forma de organização (a questão da criação de um Partido Socialista defendida por PIMENTA e antigos dirigentes anarco-sindicalistas e atacada por Canela e seus seguidores). E é, justamente, no contexto de 1900/22 que despoleta, de maneira clara, a liderança de Joaquim Pimenta, advogado, professor da Faculdade de Direito, proprietário do Diário do Povo, mais tarde um dos articuladores do movimento de 30 e um dos autores da sua Legislação Social, dono de um pragmatismo político impressionante e ideologicamente difuso, como bem coloca em suas memórias:

*"Até 1919, as minhas idéias socialistas não iam além de dissertações doutrinárias e devaneios acadêmicos. Entretanto, já andava lendo Khopotkine, Elisée, Bukunine, e outros mestres da filosofia anarquista, para abandoná-los por um socialismo menos utópico e cientificamente mais amplo"*⁶.

Sem se preocupar em definir para o operariado quais os seus reais objetivos e as razões das suas ligações com setores da classe dominante, PIMENTA desenvolveu uma prática frentista, na famosa luta contra o orçamento mons

tro e na luta pela autonomia, onde o operariado nada usufruiu, servindo de massa de manobra, dando aos movimentos justificativa de terem raízes populares. A sua liderança foi um fato inegável. Por outro lado, esse tipo de prática política em nada contribuiu para que a classe operária conseguisse maior espaço político e forçasse a classe dominante a avançar as suas propostas pelo menos em direção a um ambíguo reformismo social. Toda essa luta política dos trabalhadores, nos seus mais diversos aspectos, torna evidente que houve uma resposta dos dominados, por mais estéril que ela possa parecer para alguns, aos desmandos da classe dominante. Mesmo considerando que, neste período, as classes estavam no início do seu processo de formação, negar que já existissem antagonismos entre elas é desconhecer toda essa luta política e dificultar a análise das bases de dominação da época. A luta de classes não se dá, apenas, quando as classes ganham a sua identidade ou sua maturidade. Não vamos embarcar na idéia de que primeiro surgem as classes, para quando elas estiverem constituídas, começar a aparecerem as contradições sociais.

As primeiras décadas de República não foram tão silenciosas quanto aparentavam. Nem tampouco, suas únicas figuras de destaque foram quixotescos coronéis e confusas oligarquias incapazes de distinguir seus moinhos de vento. A História também serve para obscurecer e deformar, fazendo o jogo da classe dominante e justificando aqueles belos versos de Caetano que dizem:

*"O melhor o tempo esconde, longe, bem longe
daqui".*

NOTAS

1. Sobre a questão do discurso instituinte ver CHAUI, Mariana: "O discurso competente" in Cultura e Democracia, Moderna, São Paulo, 1981.
2. FOUCAULT, Michael. "Verdade e Poder" in A Microfísica do Poder, Graal, Rio, 1981.
3. De DECCA, Edgar. O Silêncio dos Vencidos, Brasiliense, São Paulo, 1980.
4. MARX, Karl. XI Tese sobre Feurbach.
5. CORNELIUS CASTORIADIS, em seu livro Instituição do Imaginário Social, coloca que:

"Não existe teoria rigorosamente rigorosa em matemática; como poderia existir em política? E ninguém é jamais o verdadeiro porta-voz de uma categoria determinada a não ser conjunturalmente e ainda que o fosse seria preciso demonstrar que o ponto de vista desta categoria vale para todos, o que reconduz ao problema precedente" (p. 15).

6. PIMENTA, Joaquim. Retalhos do Passado, Coelho Branco, Rio, p. 191.